

RUDOLFO LAGO/CORREIO DA MANHÃ



Situação de Arruda é vista como central na disputa do DF

Celina ainda aposta na saída de Arruda da disputa

Embora a pesquisa Real Time Big Data divulgada nesta quarta-feira (19) aponte uma situação de empate técnico entre o candidato do PT, Leandro Grass, e o candidato do PSD, José Roberto Arruda, na disputa pelo segundo lugar, é Arruda quem é o alvo da preocupação da governadora Celina Leão (PP), que lidera a corrida pela reeleição. Segundo a pesquisa, Arruda tem 22% das intenções de voto, e Grass tem 18%. Como a margem de erro da pesquisa é de dois pontos para mais ou para menos, no limite Arruda e Grass estão empatados. Celina está 12 pontos à frente de Arruda. Mas o seu peso na disputa fica claro quando ele sai em um segundo cenário: no caso, Celina pula de 34% para 45%. E Grass sobe para 20%. Assim, a grande aposta de Celina segue sendo conseguir que Arruda seja considerado inelegível com base na Lei da Ficha Limpa e saia da disputa.

Mudanças na Ficha Limpa

Pela Lei da Ficha Limpa original, as condenações contra Arruda na Operação Caixa de Pandora o deixariam inelegível até 2032. Mas a Lei Complementar nº 219/2025 alterou esses prazos. Antes, o período de inelegibilidade era contado a partir do final do cumprimento da pena, a lei mudou o prazo para o momento da condenação. Isso beneficiou não apenas Arruda, mas outros políticos como Anthony Garotinho (Republicanos) e Eduardo Cunha (Republicanos).

PAULO H. CARVALHO/AGÊNCIA BRASÍLIA



Sem Arruda, chances de Celina aumentam

Gilmar segura o processo

Há, porém, uma contestação quanto à constitucionalidade dessa lei, que está sendo julgada no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação é movida pela Rede. A relatora da ação, Cármen Lúcia, e Luiz Fux votaram pela inconstitucionalidade. Então, Gilmar Mendes pediu vista e até agora não devolveu a ação ao plenário. Arruda segue candidato sem saber qual será o posicionamento final do STF. Os que querem ver Arruda fora da disputa avaliam que Gilmar Mendes irá segurar o processo consigo o máximo possível.

Caminho mais provável no TRE

Assim, passaram a acreditar que o caminho mais provável para tirar Arruda do páreo é uma impugnação no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Esse pedido de impugnação foi feito efetivamente nesta quarta-feira pelo deputado distrital Claudio Ferreira Domingues (Democrata). Mas não seria exatamente uma ação individual dele, já que a saída de Arruda da disputa interessa a muita gente.

Vice de Celina

Segundo disseram fontes, quem se moveria nos bastidores para tentar obter a impugnação de Arruda é o candidato a vice-governador na chapa de Celina, Gustavo Rocha (Republicanos). O relator do processo no TRE será o desembargador Guilherme Pupe. O que poderia aproximar Rocha de Pupe seriam os direitos humanos.

Ministro

Gustavo Rocha foi ministro de Direitos Humanos no governo Michel Temer. Rodrigo Pupe é um dos sócios do escritório de Rodrigo Mudrovitsch, presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Muito embora a questão seja polêmica. Mesmo uma eventual proximidade poderia não levar a se atropelar uma decisão do STF.

Espera

Assim, especula-se como outra possibilidade que o TRE resolva esperar a decisão do TSE para se manifestar ou não pela impugnação de Arruda. O problema é a demora provocada no STF pelo pedido de vista de Gilmar Mendes, que faz com que candidatos disputem as eleições sem saber a essa altura se são elegíveis ou não.

Insegurança

Uma situação que leva às eleições brasileiras – não somente à de Arruda – insegurança jurídica. No fundo, a demora pode acabar tornando a situação fato consumado. A Justiça irá depois cassar o diploma de um governador que venha a ser eleito? Como resolverá? Dará posse ao segundo colocado? Convocar nova eleição?

Interesses

Por outro lado, não se pode ignorar os interesses diversos. Celina Leão vê Arruda como o nome capaz de derrotá-la. Tirá-lo do páreo lhe interessa. De fato, a nova lei alterou os prazos de inelegibilidade da Ficha Limpa. Mas ficaram pontos controversos. Arruda tem seis condenações. A mudança vale para os casos conexos?

TSE

O caminho da impugnação no TRE tem outro problema, caso o STF demore. O que o TRE decidir cabe recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ou seja, a situação se arrastará. Empurrar com a barriga provavelmente não é a melhor solução. Como, no final, acontece também com a história do mandato-tampão no Rio de Janeiro.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM



Mensagens mostrariam proximidade entre Roberta e Lulinha

PF investiga até onde ia atuação de lobista em nome de Lulinha

Em mensagens investigadas, Roberta Luchsinger diz: “Eu sou o Fábio”

Por **Beatriz Matos**

A investigação sobre Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, ganhou uma nova pergunta para a Polícia Federal sobre até onde Roberta Luchsinger, a lobista, podia falar e agir em nome do filho mais velho do presidente Lula (PT).

A empresária, que mantém uma relação de amizade com ele, aparece em diferentes pontas de três inquéritos que apuram suspeitas de tráfico de influência dentro do governo federal.

A dúvida ganhou força depois que investigadores encontraram uma mensagem em que Roberta se apresenta a um interlocutor envolvido na prospecção de negócios junto ao governo como representante de Lulinha.

“Eles sabem o que eu sou. Eu sou o Fabio”, escreveu. Ao analisar o diálogo, a PF registrou em relatório que, “aparentemente Roberta tinha autorização para agir em nome dele”. As informações foram reveladas pela Folha de S. Paulo e confirmadas pelo Correio da Manhã.

A defesa contesta essa interpretação. O advogado Marco Aurélio Carvalho afirma que Lulinha não pode responder pelo que Roberta dizia a terceiros e questiona

até mesmo a validade do material divulgado.

“Nós não podemos até o presente momento atestar a autenticidade dessas supostas mensagens”, disse.

É nesse cenário que uma mansão no Lago Sul, área nobre de Brasília, passou a interessar à reconstrução da relação entre os dois.

O imóvel era alugado por Roberta e frequentado por Lulinha quando ele estava na capital.

O relato, porém, não comprova que negociações investigadas pela PF tenham ocorrido dentro da residência. A defesa também rejeitou essa associação. “Não há nenhuma comprovação nos autos de que a casa tenha sido utilizada pelos dois para reuniões ou negociações”, afirmou a defesa de Lulinha.

A defesa de Lulinha acusa setores da PF de promover vazamentos com interesses políticos e eleitorais, mas faz uma distinção entre esses investigadores e a instituição. “A PF é uma instituição que eu respeito”, afirmou.

O caso avança em pleno ano eleitoral e já obrigou o próprio presidente a se manifestar. Lula afirmou recentemente que acredita no filho, mas defendeu que as investigações prossigam.